

“O Povo e o Trono” e a iniciação de Joaquim Nabuco na vida política

Amanda Muzzi Gomes*

O jovem Joaquim Nabuco

Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo nasceu em 1849, filho de Ana Benigna de Sá Barreto e José Tomás Nabuco de Araújo, ex-presidente de província, então deputado geral e futuro senador do Império do Brasil. Os Nabuco de Araújo constituíam uma influente família baiana, com senadores desde o Primeiro Reinado. Os Paes Barreto eram extremamente influentes em Pernambuco desde o século XVI. Quando sua família estabeleceu residência no Rio de Janeiro, em razão de seu pai ter sido novamente eleito deputado geral, Nabuco permaneceu com a madrinha, no Engenho Massangana, em Pernambuco. Quando Ana Rosa Falcão de Carvalho morreu, em 1857, Nabuco foi morar com os pais no Rio de Janeiro. Como quase todos os jovens oriundos de família com cabedal político, Nabuco estudou Direito, iniciando os estudos na Faculdade de São Paulo e concluindo-os na Faculdade de Direito de Recife. Pouco depois de ingressar na universidade, teve sua primeira atuação no jornalismo. Foi um dos fundadores do jornal *Tribuna Liberal*, criado para atacar o gabinete Zacarias de Góes e Vasconcellos, em ação juvenil que muito desagradou seu pai.

O conselheiro Nabuco, então, tomou o impulso de iniciar os filhos Joaquim, mais velho, e Sizenando no mundo da política, levando-os a reuniões do *Centro Liberal*, em 1868. Beneficiando-se das discussões que presenciava e dos primeiros contatos em círculo de notáveis da política nacional, Nabuco escreveu seu primeiro livro, *O Povo e o trono – profissão de fé política*, sob o pseudônimo

de “Juvenal, Romano da decadência”.ⁱ Como todo e qualquer texto, este escrito de iniciação foi marcado pelo seu contexto de produção. Atentemos, portanto, ao panorama político, o de mais intensa recomposição e realinhamento políticos do Segundo Reinado, em que estava imerso o jovem Nabuco.

O desmonte da lógica da Conciliação

O *Ministério da Conciliação*, iniciado em 6 de setembro de 1853, foi assim chamado porque cargos da administração e do parlamento foram dados a liberais estando os conservadores no poder. Sua direção coube a Honório Hermeto Carneiro Leão, visconde e posteriormente marquês de Paraná.ⁱⁱ O conselheiro Nabuco de Araújo, chefe conservador, foi um dos políticos que mais defendeu a harmonização entre os elementos moderados dos dois partidos, como no discurso de 6 de julho, apelidado pelos parlamentares de “ponte de ouro”.ⁱⁱⁱ

Com as eleições de 1860, entretanto, a oposição liberal cresceu, e voltaram à Câmara vários *liberais históricos*^{iv}, como Teófilo Otoni. Os anos de 1860 a 1862 se caracterizaram por uma forte oposição aos *emperrados*.^v A maioria parlamentar não foi capaz de garantir efetiva governabilidade aos conservadores, que se dividiram entre as lideranças tradicionais e as novas, mais moderadas.

Tal esfacelamento intra-partidário fez com que os conservadores herdeiros da *conciliação* iniciassem uma dissidência e se aliassem aos liberais históricos, em outra coalizão, a *Liga Progressista*. Na articulação desta nova composição destacaram-se dois chefes políticos: no Senado, o seu principal mentor, o conservador dissidente Nabuco de Araújo; na Câmara, o liberal Zacarias de Góis e Vasconcelos. Eles conseguiram retirar os conservadores do poder e iniciaram um novo gabinete, agora de primazia liberal.^{vi}

A *Liga Progressista* levou adiante o ideal da harmonização dos partidos, subjacente à *conciliação*, mas agora sob a égide liberal. De bloco parlamentar a nova composição transformou-se no Partido Progressista, em 1864, o primeiro partido formalmente criado no Brasil. Seu programa demandava, entre outros fatores, a descentralização, tese clássica dos liberais, e a responsabilidade dos ministros pelos atos do Poder Moderador.^{vii} Embora nem tenha sido publicado, este foi o primeiro programa político elaborado por um partido no país.

O predomínio liberal da aliança progressista era incerto, sendo frequentes as mudanças de posições partidárias. O período progressista foi o de maior instabilidade ministerial do Império.^{viii} O caráter volúvel já começou com o primeiro gabinete, de Zacarias, de 1862, que durou apenas seis dias. Até a *reação conservadora*, em 1868, sucederam-se cinco ministérios.^{ix}

A Guerra do Paraguai veio jogar mais água no moinho das volatilidades políticas, fazendo com que as discussões sobre relações estrangeiras e demarcação de fronteiras, particularmente com a invasão brasileira ao Uruguai e o bloqueio de Montevideú, afetassem a política doméstica. Diante de um conflito externo, os partidos brevemente abrandaram suas animosidades. Mas a calma partidária durou menos do que as circunstâncias exigiam, em parte pelo próprio prosseguimento da Guerra, dado o adiamento de operações, os problemas de organização e a resistência paraguaia.^x

De um apoio inicial à Guerra, os parlamentares começaram a questionar a centralização das operações pelo gabinete e erros de comando das estratégias bélicas. Conflitos de bastidores foram travados entre o progressista Zacarias, presidente do Conselho de Ministros, e o marquês de Caxias, general em chefe, do Partido Conservador.

Para não desagradar o comandante das tropas brasileiras, Pedro II, fazendo uso do poder moderador, chamou Zacarias para

indicar o seu sucessor. Como Zacarias pediu para ser dispensado de fazer a indicação, ele foi destituído. O Partido Progressista se desintegrou, até porque já vinha sendo minado internamente pela própria divisão pela qual se formou: liberais históricos e conservadores dissidentes. Todavia, o fim do Partido Progressista não significou um recuo dos liberais. Muito ao contrário, iniciou-se movimento de violentos ataques ao Poder Moderador e novas recomposições partidárias.

Para compor novo gabinete, Pedro II chamou Joaquim José Rodrigues Torres, o visconde de Itaboraí, antigo líder do Partido Conservador e um dos integrantes da *trindade saquarema*, que aceitou o convite para o que ele mesmo chamou de “perigosa tarefa”.^{xi} O início do novo gabinete, a 16 de julho, ocasionou mais uma crise partidária: a separação definitiva entre liberais e conservadores e nova cisão entre os liberais.

Desde o início do primeiro gabinete Zacarias (24 a 30 de maio de 1862), os liberais e os progressistas (a partir de 1864) estavam no poder. Apesar de divididos, com maioria nas duas casas parlamentares^{xii}, os progressistas reagiram bruscamente à nova situação conservadora, vista como reacionária. Um dos políticos que mais influenciou a onda de ataques à figura do imperador e ao falseamento do sistema representativo foi Nabuco de Araújo. Teve bastante repercussão o seu discurso proferido na sessão do Senado de 17 de julho de 1868:

O Poder Moderador não tem o direito de despachar ministros como despacha delegados e subdelegados de polícia. [...]

Ora, dizei-me, não é isto uma farsa? Não é isto um verdadeiro absolutismo, no estado em que se acham as eleições no nosso país? Vede este sorites fatal, este sorites que acaba com a existência do sistema representativo: – o Poder Moderador chama a quem quer para organizar ministérios; esta pessoa faz a eleição porque há de

fazê-la; esta eleição faz a maioria. Eis, aí está o sistema representativo do nosso País!^{xiii}

O discurso do senador Nabuco funcionou como reforço ao ataque às usurpações do Poder Moderador. Reativaram-se nas fileiras liberais os brados contra o poder pessoal ou “imperialismo”. Apesar de antigo, esse havia sido o mote de críticas do período de governo da Liga/Partido Progressista. No momento de sua queda, acabou sendo intensificado.

Principalmente na Corte e em São Paulo todas as ocasiões eram aproveitadas para combater os excessos da centralização. Entre a juventude acadêmica, o antimonarquismo levou a uma significativa adesão ao republicanismo.

Resolvidos a reorganizar o Partido Liberal, líderes da dissidência progressista, como Nabuco de Araújo e Zacarias fundaram o *Centro Liberal*, ainda em 3 de outubro de 1868, presidido pelo primeiro.^{xiv} O *Centro* se tornou o embrião do (novo) Partido Liberal, criado no ano seguinte, cuja conformação se manteve, sem se subdividir, até o fim da monarquia.

Nabuco de Araújo redigiu o Manifesto do *Centro Liberal*, publicado em 30 de março de 1869, com áduas críticas ao ministério Itaboraí. A legenda proclamada no Manifesto, “Reforma ou revolução!”, ajudou a bandeira reformista a ganhar amplitude em um momento prenhe de insatisfações. Em maio, nas páginas do jornal *A Reforma*, os membros do *Centro Liberal* apresentaram um vasto programa de reformas: eleição direta; abolição gradual da escravidão, iniciando-se com a libertação do ventre; descentralização; vitaliciedade do Senado; reforma do Conselho de Estado; redução das forças militares em tempos de paz; extinção da Guarda Nacional; as reformas judiciárias do programa progressista, entre outros itens.^{xv} Criticou-se também a reforma do Código do Processo Criminal, que teria deixado o cidadão sujeito às arbitrariedades policiais e judiciais.^{xvi}

Foi em 1868 que Nabuco de Araújo colocou o filho para traduzir documentos publicados pelo *Anti-Slavery Reporter*, revista da *British and Foreign Anti-Slavery Society* de Londres.^{xvii} O jovem Nabuco consolidou relações com eminentes políticos liberais amigos do pai, como o próprio Zacarias e Saldanha Marinho. Foi no clima de ebulição de fins de 1868 que Joaquim Nabuco, ainda estudante universitário, escreveu o seu primeiro livreto político, influenciado pelo ambiente de hostilidades ao imperador.

“O povo e o trono”: retórica e argumentação

O livreto *O Povo e o Trono*, escrito em fins de 1868 e publicado no ano seguinte, foi redigido em estilo bem colérico, refletindo a pouca maturidade de Nabuco, aos dezenove anos. Acabou sendo praticamente desconsiderado pela historiografia, pois manchava a imagem criada pelos seus biógrafos. Luiz Viana Filho chegou a questionar se o panfleto não passaria de um “simples assomo de mocidade” e concluiu que Nabuco, como jovem apaixonado, vivendo num momento divisor de águas, não sabia de que lado se posicionar.^{xviii}

Assim como o biografado fica marcado com as impressões do biógrafo, aquele cuja vida será traçada, principalmente quando já redigiu memórias e outros escritos autobiográficos, deixa traços com os quais espera ser pintado por biógrafos futuros. Como David Lowenthal adverte, “toda memória transmuta experiência”. Por isso, “destila o passado mais que o reflete”.^{xix}

Nos seus textos autobiográficos, Nabuco esboçou as marcas com os quais gostaria de ser visto e retratado pela posteridade. Ao contar sua história de vida, como observa Bourdieu, o indivíduo atua como autor de sua própria história, seleciona alguns acontecimentos em função de uma intenção maior e estabelece entres eles nexos com o objetivo de garantir uma determinada coerência. Assim, o indivíduo cria uma retórica ordenadora da descontinuidade do real em

um esforço de produção de si mesmo. Portanto, a coerência perfeita de uma história de vida já tem suas bases dadas por quem produz esta representação de si.^{xx} Essa é uma das maneiras pela qual se manifesta a ilusão biográfica. Cria-se uma representação linear, coerente e acabada, mas que não se relaciona de fato à realidade, pois, como observa Michel de Certeau, cada homem é “um *locus* no qual uma incoerente e frequentemente contraditória pluralidade de determinações relacionais interagem”.^{xxi} A coerência e a perfectibilidade estão longe da existência real, embora sejam anelos humanos e daí a ânsia do indivíduo em representar a si mesmo neste padrão. Evidentemente, como não há memória estável e fixa, ela é (re)atualizada constantemente nas memórias e biografias. Os dois principais biógrafos de Nabuco, a sua filha Carolina e Luiz Viana Filho, pintaram-no de maneira similar à que ele mesmo se representou em *Minha Formação*. Daí a pouca valorização dos escritos – embora não a atuação – da juventude, até finais da década de 1870, e mesmo da fase radical, na década de 1880. Há um favorecimento da fase clássica, da proclamação da República em diante, quando um nostálgico Nabuco pintou a si próprio como mais sério e moderado.

Carolina descreveu Nabuco como “pouco indulgente para suas obras de mocidade”.^{xxii} Foi por isso que ela nem mencionou *O Povo e o Trono*, reportando-se ao trabalho incompleto e não publicado *A Escravidão* como se fosse o primeiro escrito não literário e não jornalístico de Joaquim Nabuco.^{xxiii} *A Escravidão*, apresentada como o primeiro livro político de Nabuco, se encaixa muito bem na imagem que a biógrafa anunciou desde o início para o pai: o “apóstolo da Abolição”, em prosseguimento à obra do avô como “oráculo do Senado”.^{xxiv}

Em outra chave interpretativa, Leonardo Dantas Silva vê o opúsculo, embora “escrito no fervor das paixões”, como “um verdadeiro libelo contra a monarquia”.^{xxv} Na parte final, Nabuco apresentaria tom republicano: “Sejamos um povo livre. Nos cânticos

sagrados da América seja a nossa voz uma harmonia, não uma dissonância”. Nabuco, de fato, teve um rápido namoro com o reacender das ideias republicanas em solo brasileiro, até porque essa aproximação foi típica dos ambientes universitários da virada da década de 60 à de 70. Entretanto, Nabuco nunca se posicionou de fato como republicano. Desde a juventude, em seu conteúdo tendeu a seguir os passos do pai, embora a forma, de fato, fosse bastante desabrida, com estilo impetuoso de um jovem que queria causar impacto.

O pensamento político dos estadistas brasileiros do Império teve nítida inspiração européia, particularmente dos textos legais franceses, além dos de filosofia que os embasava.^{xxvi} Logo no início de *O Povo e o Trono*, o jovem Joaquim Nabuco também tomou a França como madrinha do “verbo santo da liberdade moderna” ouvido pelos povos após a Revolução Francesa. Com forte viés historicista, após comentários retóricos sobre outras experiências, Nabuco apresentou o trono como uma “fatalidade” e o povo como a “liberdade”.

O trabalho do século XIX seria a extinção da realeza. Nos países que a mantinham, como o Brasil, ela deveria se harmonizar com o povo. Nabuco, mais do que defender a república, levantou a bandeira de luta daquele momento do Partido Liberal: o combate ao Poder Moderador. Só uma “regeneração social” possibilitaria a substituição do “regime pessoal” pelo “puro governo representativo”. Apenas quando a “vontade de um só” fosse suplantada pela “voz da praça pública” haveria, em vez do “imperialismo”, a “democracia”.^{xxvii}

Os conceitos antitéticos assimétricos, profusos no texto de Nabuco, foram empregados para defender a democracia, e não propriamente a república, face ao “déspota cruel”. Alguns pares conceituais antônimos bem simples e explorados no setecentos do Iluminismo – como verdade e mentira, sombra e luz, tirania e

liberdade – foram caracterizados por ele como “antíteses eternas, que se repelem ainda mais na terra americana”.^{xxviii}

Como aponta Reinhart Koselleck, pela própria relação dicotômica, os conceitos antitéticos assimétricos têm efeito persuasivo.^{xxix} Por seu valor argumentativo de fácil inteligibilidade, na medida em que os pólos são mutuamente excludentes, eles foram bastante utilizados na oratória moderna, para fins de propaganda política, e também em panfletos, opúsculos e artigos de jornais. No caso do primeiro opúsculo de Nabuco, foi com base nesses pares antitéticos e nas comparações, da realidade brasileira com outras, que o autor pretendeu convencer o leitor do caráter extemporâneo da organização política da monarquia brasileira. Apesar de constitucional, o regime político no Brasil não seguia a senda do século, pois o “governo pessoal pertence às criações híbridas do passado”. Assim, o país teria um governo absoluto como o da China e o do Japão e a Constituição do país seria “um disfarce calvo do absolutismo turco”.^{xxx}

Daí a argumentação de Nabuco de que “o trono deve ceder ao impulso do povo”, para que “barco” do Brasil se coloque na “cadência das ondas” do século. Citando autores europeus e sobretudo franceses – como Louis Adolphe Thiers, Jules Favre, e Jules Simon – Nabuco combateu o absolutismo. Outro alvo de crítica, a este relacionado, era o aulicismo, até porque beneficiava o Partido Conservador, pois este, “proscrito pelo povo”, foi “reintegrado pela coroa”, em uma referência indireta à queda de Zacarias. No par antônimo assimétrico principal, que dá título ao opúsculo, Nabuco reverberou a crítica do pai no discurso do sorites:

Como ainda se ouse negar que o poder do rei seja o único – quando se o vê demitindo e nomeando livremente os ministros, que por sua vez demitem e nomeiam as câmaras, porque de há muito as câmaras não são as depositárias de um poder extenso como a soberania do povo [...].^{xxxi}

A mesma crítica que o pai fez, e os liberais bradavam contra o falseamento do sistema representativo, Nabuco repetiu ao falar das eleições: “se as eleições não são senão uma comédia ridícula... o único poder sério, alfa e ômega... princípio e fim de toda autoridade fica sendo o da majestade imperial”. Nabuco tanto defendeu causas dos liberais que tratou das divergências entre os partidos do Império, afirmando que “a mais radical separação dos dois partidos está no modo de entender a estrutura dos poderes públicos”. Os liberais demandavam a responsabilidade do Poder Moderador ou a sua extinção, ao passo que os conservadores queriam o *status quo*.^{xxxii} Nabuco tanto se posicionou como um simpatizante do Partido Liberal, e não de algum republicanismo, que defendeu bandeiras liberais, tais como:

[...] pedimos como urgente e primeira reforma, garantia necessária à conservação social – a *abolição do poder moderador!*

Queremos a responsabilidade ministerial para todos os atos do poder – porque só assim teremos a verdade da fórmula sobre que assenta o regime representativo: *o rei reina, mas não governa.*^{xxxiii}

Foi com base na máxima de Thiers, já antes muito citado pelos progressistas, que Joaquim Nabuco prosseguiu nas críticas ao Poder Moderador, particularmente no que se refere à irresponsabilidade, inviolabilidade e sacralidade do imperador.

Ainda seguindo os preceitos do Centro Liberal, Nabuco levantou também a bandeira das reformas, apresentando-as como se fossem demandadas pelo povo. A reforma constitucional seria imprescindível, uma vez que, para os conservadores, a Constituição é “o manto esfarrapado com que encobrem todos os arbítrios, todas as vergonhas”.^{xxxiv}

Outras “reformas demandadas” foram enumeradas nesta ordem: a eleição direta, a liberdade de cultos, a temporalidade do

Senado, a abolição da Guarda Nacional e “por último resta o elemento servil”. Tais propostas foram apresentadas como o “programa” do Partido Liberal, partido de “popularidade grande pelo esplendor de suas ideias”.^{xxxv}

O jovem Nabuco apresentou este receituário político porque seguia a plataforma política do *Centro Liberal*, do qual se originou o *Clube da Reforma* e o (novo) Partido Liberal. Ainda que só viesse a fazer sua estreia parlamentar quase dez anos depois, esta foi à primeira inserção de Nabuco na política do Império.

Os reverses do Primeiro Reinado, culminando com a independência de fato do Brasil, no 7 de abril de 1831, foram apresentados como lições ao Segundo Reinado. No traçado histórico de Nabuco, desde a Independência até a abdicação, observa-se uma exemplaridade negativa, ao estilo de Francesco Guicciardini. Por isso, o reinado de D. Pedro I era “fonte de grandes lições para os que governam” agora, porque seus erros seriam “conselhos sábios” capazes de ensinar que o trono só pode se manter com reconhecimento do povo.

No último item, disposto por Nabuco como epílogo, a atenção voltou-se ao continente americano no tempo presente. Daí a frase que dá a entender que ele defende a “república” como forma de governo para o continente, embora o termo não apareça nenhuma vez no opúsculo. Embora Nabuco se reporte à maneira como a América do Norte se livrou “das cadeias da opressão”, sua atenção recaiu no grande acontecimento daquele momento: a guerra no Sul, com a tomada de Lomas Valentinas. Nabuco propôs que o Brasil deveria se livrar da tirania tal como o Paraguai, pois “ainda há outra vítima, além do Paraguai, é o Partido Liberal”. Assim, ele repetiu o eixo em torno do qual girou o panfleto: o Partido Liberal estava proscrito pelo trono, mas contava com o acolhimento do povo, que deveria ser o verdadeiro depositário da soberania. A própria analogia com o Paraguai teve esse sentido: era preciso livrar o Partido Liberal

dos grilhões que o aprisionavam. A motivação para a redação do panfleto era a situação brasileira e, mais particularmente, a condição de “proscrito” do Partido Liberal, pois “aqui estamos sob a influência de uma crise que deve resolver-se”^{xxxvi}.

Um opúsculo de expressão do (novo) Partido Liberal

O Povo e o Trono de Nabuco foi redigido num momento de recomposição dos liberais; daí que apresentou propostas próximas à do *Centro Liberal*, de onde saiu o programa do (novo) Partido Liberal. Apesar de sua forma desabrida, *O Povo e o Trono* foi um livreto de expressão do (novo) Partido Liberal, então em formação. O panfleto foi escrito pouco antes da publicação do novo programa partidário, mas Nabuco se beneficiou do que ouvia nas reuniões políticas no Centro Liberal. No turbilhão de debates e novidades em que se via imerso em 1868, a sua experiência familiar e cotidiana lhe fornecia meios de expressar, e tornar inteligível para si mesmo, o que via pipocar no meio político.

Portanto, *O Povo e o Trono*, escrito de iniciação de Nabuco na vida política, foi um manifesto crítico do autor sobre o seu momento. O jovem estudante, recém inserido em um mundo de políticos, presenciando uma grande crise política, resolveu se posicionar e chamar atenção. Daí algumas imprecisões, o exagero da retórica, certas diatribes e a farta tecedura de analogias. Agindo como um cronista, o panfleto foi uma estratégia de Nabuco, já versado na atividade jornalística universitária, para se fazer conhecido. O jovem, filho de notório político do Império, tentava se projetar. Sendo ator da narrativa que escreve, o autor acaba relatando um pouco da própria história.^{xxxvii} No fundo, Nabuco falava da experiência mais próxima: do pai e seus co-partidários. Novo na idade, inexperiente na avaliação do panorama político, o texto não poderia deixar de ter exageros. Tratava-se de um reflexo do próprio choque da crise de 68 que impulsionara Nabuco em seu primeiro escrito político.

Notas e referências

- * Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura da Pontifícia Universidade Católica (PUC Rio), orientada pelo Professor Doutor Marco Antônio Villela Pamplona.
Contato: amandamuzzigomes@gmail.com
- i NABUCO, Joaquim. *O povo e o trono – Profissão de fé política de Juvenal, Romano da decadência*. Rio de Janeiro: Typographia e Litographia Franceza, 1869. In: SILVA, Leonardo Dantas. *Joaquim Nabuco e a República*. Recife, FUNDAJ, Editora Massangana, 1990. Série República, Fundação Joaquim Nabuco, vol. 6. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/jn000026.pdf>
Acesso em 10 jan. 2012.
- ii O Ministério da Conciliação ficou sob a chefia de Paraná até a sua morte, em 3 de setembro de 1856. Foi substituído provisoriamente pelo titular da pasta da Guerra, Luís Alves de Lima e Silva, na época conde, depois marquês e duque, de Caxias, que ficou na chefia de gabinete até 4 de maio de 1857. O último presidente do Ministério da Conciliação foi Pedro de Araújo Lima, marquês de Olinda, até 12 de dezembro de 1858.
- iii Apud NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. 2 v. [1897-1899], p. 151-155.
- iv Os *liberais históricos* assim se autodenominavam porque reivindicavam para si a herança das glórias do 7 de abril de 1831 e do Ato Adicional de 1834. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de história do Império*. Organização: Fernando A. Novais. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 146.
- v *Id., ibid.*, p. 105 e p. 111. O primeiro a empregar o termo *emperrados* foi o liberal Zacarias.
- vi BASILE, Marcello Otávio N. de C. “O Império brasileiro: panorama político”. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). *História Geral do Brasil*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990, p. 254.

- vii *Apud* BRASILIENSE, Américo. Os *programas dos partidos e o Segundo Império*. São Paulo: Typographia de Jorge Seckler, 1878, p. 15-22. O programa reivindicava: divisão de poderes, responsabilidade dos ministros pelo poder moderador, liberdade individual, descentralização administrativa, representação de minorias, execução do Ato Adicional, reforma da lei eleitoral, reforma e organização judiciária, separação da polícia e justiça, reforma hipotecária, organização de um código civil, revisão do código comercial, organização do crédito territorial, revisão do código comercial, reforma municipal, reforma da guarda nacional, educação e regeneração do clero.
- viii CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 410.
- ix Seguiram os ministérios de: Pedro de Araújo Lima, marquês de Olinda, até 15 de janeiro de 1864; Zacarias de Góis e Vasconcelos, até 31 de agosto de 1864; Francisco José Furtado, até 12 de maio de 1865; Pedro de Araújo Lima, marquês de Olinda, até 3 de agosto de 1866 e Zacarias de Góis e Vasconcelos, até 16 de julho de 1868.
- x IZECKSOHN, Vitor. “Recrutamento militar no Rio de Janeiro durante a Guerra do Paraguai”. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (orgs.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 188.
- xi HOLANDA, Sérgio Buarque de, op. cit., p. 145.
- xii De acordo com Sérgio Buarque de Holanda, op. cit., 75% dos deputados eram liberais ou progressistas, p. 118.
- xiii *Apud* MORAES, Evaristo de. *Da monarquia para a república (1870-1889)*. 2ª ed. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1985 [1936], p. 23-41 e CELSO, Afonso. *Oito Anos de Parlamento*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981. Coleção Temas Brasileiros, vol. 8 [1901], p. 149-150.
- xiv Eram representantes do Centro Liberal: Nabuco de Araújo, Zacarias de Góes e Vasconcellos, Bernardo de Souza Franco, Antonio Pinto Chichorro da Gama, Francisco José Furtado, José Pedro Dias de Carvalho, João Lustosa da Cunha Paranaguá, Teófilo Benedito Otoni e Francisco Otaviano. A. Celso, op. cit., p. 159.

- xv Transcrito em BRASILIENSE, Américo, *op. cit.*, p. 33-54.
- xvi Esta plataforma reformista acabou se tornando o programa adotado pelo (novo) Partido Liberal e assim perdurou por vinte anos, até a elaboração de um novo programa, em maio de 1889.
- xvii BETHELL, Leslie; CARVALHO, José Murilo de. *Joaquim Nabuco e os Abolicionistas Britânicos (Correspondência 1880-1905)*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008, p. 17.
- xviii VIANA FILHO, Luiz. *A vida de Joaquim Nabuco*. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, Instituto Nacional do Livro/MEC, 1973, p. 34-35.
- xix LOWENTHAL, David. "How we know the past". In: _____. *The past is a foreign country*. Cambridge: New York, Cambridge University Press, 1988. Tradução em Revista Projeto História, n. 17, Trabalhos da Memória. São Paulo: PUC-SP. Programa de pós-graduação em História, nov. de 1998, p. 63-201.
- xx BOURDIEU, Pierre. "A Ilusão biográfica". In: FERREIRA, Marieta M; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006, p. 183-192.
- xxi Apud SCHMIDT, Benito Bisso. "Construindo biografias... historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos". *Estudos Históricos*, vol. 10, n. 19, 1997, p. 17.
- xxii NABUCO, Carolina. *A vida de Joaquim Nabuco*. 4ª ed. rev. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1958. Coleção Documentos Brasileiros, vol. 92, p. 27.
- xxiii *Id., ibid.*, p. 30.
- xxiv *Id., ibid.*, p. 11 e p. 79.
- xxv SILVA, Leonardo Dantas (org.). *Nabuco e a República*. Recife: FUNDAJ/Massangana, 1990, p. X-XI.
- xxvi MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. 4ª ed. Rio de Janeiro, Access, 1999, p. 246. S. B. de Holanda, Capítulos de história do Império, p. 91-92.
- xxvii NABUCO, Joaquim. *O povo e o trono*, p. 7- 9.
- xxviii *Id., ibid.*, p. 13.

- xxix KOSSELLECK, Reinhart. *Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006, p. 191-231.
- xxx NABUCO, Joaquim. *O povo e o trono*, p. 7-14.
- xxxi *Id., ibid.*, p. 11.
- xxxii *Id., ibid.*, p. 11-14.
- xxxiii *Id., ibid.*, p. 15-16.
- xxxiv *Id., ibid.*, p. 15-18.
- xxxv *Id., ibid.*, p. 19-22.
- xxxvi *Id., ibid.*, p. 28-31.
- xxxvii MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca. “O presente como questão: a República nas histórias do Brasil de João Ribeiro (1860-1934) e a proposição da uma ‘ética da atualidade’”. In: ROCHA, Helenice Aparecida Bastos; MAGALHÃES, Marcelo de Souza; GONTIJO, Rebeca. *A escrita da história escolar: memória e historiografia*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2009, p. 374.

Artes plásticas e política: uma análise das trajetórias de Carlos Zilio, Renato da Silveira e Sérgio Ferro na década de 1960

Andrea Siqueira D'Alessandri Forti*

Introdução

Esta pesquisaⁱ tem como objetivo analisar as trajetórias de três artistas plásticos da década de 1960 que se tornaram militantes políticos: Carlos Zilio, Renato da Silveira e Sérgio Ferro. A investigação visa, ainda, problematizar as relações destes artistas plásticos entre as opções ligadas à produção artística e ao engajamento político ligado às organizações armadas, a partir da análise de entrevistasⁱⁱ.

A década de 1960, para muitos artistas, foi o momento de engajar a arte. Aqui no Brasil, isso pode ser observado antes e após o golpe de 1964. Do Teatro de Arena aos Centros Populares de Cultura (CPC), o Cinema Novo, a Música Popular Brasileira, o show Opinião, entre outras manifestações colocaram a arte a serviço das causas de contestação da ordem vigente, buscando as raízes populares para valorizar a cultura brasileiraⁱⁱⁱ. Nas artes plásticas, entretanto, “foram raros os exemplos de busca do povo em moldes parecidos com os das outras artes”^{iv}. As artes plásticas não abriram mão da capacidade crítica do erudito^v. Utilizaram elementos das diferentes inovações mundiais do campo, principalmente as francesas e as norte-americanas, adaptadas à realidade brasileira para se manifestarem. Seu engajamento é observado após o início da ditadura. A identificação com o show Opinião em sua resistência ao regime levou à organização das exposições *Opinião* no Rio de Janeiro e *Proposta* em São Paulo, ocorridas nos anos de 1965 e de 1966.